



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 4/11

09 de Abril de 2011



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.



E AGORA, Sr. MINISTRO???



Foi com enorme surpresa e estupefacção que tomámos conhecimento, através de uma notícia veiculada pelo Diário de Notícias (DN) do dia 9 de Abril (Sábado), da existência de hipotéticas ilegalidades cometidas pelos Ramos das Forças Armadas, resultantes do processo da integração dos militares na Tabela Remuneratória Única da Função Pública.

Segundo o DN, as eventuais ilegalidades fazem parte de um relatório preliminar produzido pela Inspeção Geral de Finanças, na sequência das auditorias que efectuou nos três Ramos das Forças Armadas, no início deste ano.

Ainda segundo o mesmo relatório preliminar, avança o DN, estas eventuais ilegalidades deverão ser corrigidas com a devolução pelos militares dos aumentos salariais incorrectamente pagos.

A este respeito, a ANS há muito tempo denunciou, para além de o defender junto da tutela – MDN – que este sistema remuneratório (Tabela Remuneratória Única da Função Pública) era injusto e impossível de gerir e, por isso, tudo fizemos antes da aprovação do documento, e mesmo depois da sua publicação, defendendo ser necessário evitar a entrada em vigor, para corrigi-lo, torná-lo aplicável, expurgá-lo das dúvidas, injustiças e outras dificuldades detectadas para então ser possível a sua aplicação. Fizemo-lo por escrito sob a forma de Memorando entregue no Ministério, na Comissão de Defesa e aos Chefes Militares, para além de o termos transmitido pessoal e directamente ao MDN e ao SEDNAM em audiência conjunta que concederam à ANS. O Ministro da Defesa entendeu não agir de acordo com o nosso apelo. Não quis ouvir os alertas feitos, não quis ser sensível às legítimas e fundadas preocupações por nós manifestadas em tempo útil, e escolheu o caminho de “mostrar serviço”, de ser simpático com alguns em prejuízo de muitos, escolheu afinal o caminho da teimosia cega!

E AGORA COMO É, Sr. MINISTRO???

Em todo este processo, como parte interessada e organismo representativo dos Sargentos de Portugal, a ANS foi atentamente acompanhando o evoluir da situação. Sabemos que as decisões tomadas pelos Ramos, o modo como interpretaram as áreas duvidosas do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de Outubro, foi avalizada pelo MDN. Todas as acções empreendidas foram do conhecimento do Ministro da Defesa ou dos serviços

do seu ministério. A confirmarem-se as ilegalidades, estas têm um responsável e esse responsável tem nome: Augusto Santos Silva, Ministro da Defesa Nacional!

É bem verdade que de tudo o que foi acordado entre o MDN e os Chefes Militares não se conhece nenhum despacho escrito, mas também é verdade que os Ramos das Forças Armadas não agiram de modo próprio, sem o respaldo ou a anuência da tutela! É portanto chegada a hora do Sr. Ministro assumir as responsabilidades políticas pelos eventuais problemas, se efectivamente existirem, e não “sacudir a água do capote” passando as responsabilidades para a Instituição Militar penalizando duramente (uma vez mais) os seus militares.

Se alguma responsabilidade, nesta matéria, cabe às Chefias Militares foi a de terem acreditado na palavra da tutela política, de terem embarcado no jogo de diminuir o papel importante e necessário que as Associações Profissionais de Militares têm, por Lei, nesta e noutras matérias sócio-profissionais.

Aos nossos camaradas Sargentos de Portugal em especial, mas também aos restantes militares, queremos afirmar que vamos continuar atentos, agora com redobrada atenção, ao evoluir desta enorme “trapalhada”, tudo fazendo para defender os seus mais que legítimos direitos.

Hoje, como sempre, não cruzaremos os braços nem aceitaremos o falso discurso da inevitabilidade e, com a frontalidade e lealdade que caracterizam os militares não facilitaremos nem permitiremos que os verdadeiros responsáveis não assumam os seus deveres e obrigações de tutela.

Com Dignidade, Construimos o Futuro!

A Direcção

Lisboa, 09 de Abril de 2011